



2º SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 6

Desenvolvimento Socioeconômico

Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial CNU (Bloco Temático 6)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 6 - Desenvolvimento Socioeconômico**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/29pC>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. A respeito da dignidade da pessoa humana e sobre o papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual, com base no entendimento do STF, julgue os itens a seguir.

I. O STF reconheceu o dever constitucional das escolas públicas e particulares de coibir discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.

II. O direito à educação deve ser interpretado de forma restrita, limitando-se a garantir o acesso ao ensino formal, sem incluir políticas de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero.

III. A decisão do STF destacou que o Estado tem o dever de agir positivamente para implementar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual no ambiente educacional.

IV. A omissão da menção expressa ao combate à homotransfobia no Plano Nacional de Educação não afasta a obrigação das instituições de ensino de adotarem medidas contra a discriminação, pois essa proteção decorre diretamente da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

2. Saúde é direito fundamental consagrado no artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se de direito de todos e dever do Estado. Sobre os critérios para o fornecimento de medicamentos não incorporados na política pública do SUS, assinale a alternativa correta

a) O STF decidiu que todas as demandas sobre fornecimento de medicamentos, independentemente do valor do tratamento e da existência de registro na ANVISA, devem tramitar exclusivamente na Justiça Estadual.

b) O STF decidiu que o Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS sem a necessidade de analisar o ato administrativo da Conitec sobre a negativa de incorporação.

c) O STF determinou que a União não possui responsabilidade financeira em ações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, sendo tal obrigação exclusiva dos Estados e Municípios.

d) O STF considerou inconstitucional qualquer forma de ressarcimento da União aos Estados e Municípios em casos de fornecimento de medicamentos determinados judicialmente.

e) O STF estabeleceu que as ações que envolvem medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na ANVISA, devem tramitar na Justiça Federal, quando o valor do tratamento anual for igual ou superior a 210 salários-mínimos.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. Os conceitos fundamentais do Estado moderno estão intimamente relacionados ao modo como os indivíduos se organizam política e juridicamente. Entender a diferença entre soberania, governo, território e cidadania é essencial para compreender a estrutura do Estado contemporâneo.

Relacione os conceitos abaixo com suas respectivas definições:

1. Soberania
2. Governo
3. Território
4. Cidadania

- () Autoridade suprema e independente que o Estado possui para se autodeterminar e se organizar interna e externamente.
- () Conjunto de instituições e pessoas responsáveis pela direção do Estado e pela condução das políticas públicas.
- () Base física delimitada onde se estabelece a jurisdição de um Estado soberano.
- () Condição jurídica que permite a um indivíduo o exercício de direitos e o cumprimento de deveres perante um Estado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4
- b) 2 – 3 – 4 – 1
- c) 1 – 3 – 2 – 4
- d) 4 – 2 – 1 – 3
- e) 2 – 4 – 3 – 1

4. A Constituição Federal de 1988 consagrou o modelo de Estado Democrático de Direito no Brasil. Esse modelo ultrapassa a noção meramente formal de legalidade e se ancora na soberania popular, na promoção dos direitos fundamentais e na participação ativa dos cidadãos na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

À luz do conceito de Estado Democrático de Direito e das práticas associadas à participação e ao controle social, analise as afirmativas abaixo:

- I. O controle social implica que a sociedade civil possa acompanhar, avaliar e intervir nas ações do Estado, ainda que sem mecanismos institucionalizados, por meio de manifestações espontâneas e redes sociais.
- II. A participação social é uma diretriz do Estado Democrático de Direito, e se concretiza apenas por meio da eleição periódica de representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.
- III. Conselhos gestores de políticas públicas são exemplos de instrumentos institucionais de controle social, que ampliam os canais de deliberação democrática.
- IV. O Estado Democrático de Direito exige que a legalidade se harmonize com os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e da participação cidadã.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. (...) O ato de relacionar direitos fundamentais com políticas públicas e, em especial, com políticas públicas de direitos sociais abre a porta à possibilidade de um maior controle ou intervenção judicial na ação governamental, sem violação da separação dos poderes, aumentando a transparência ao suscitar que mais cidadãos e organizações sociais possam recorrer ao Poder Judiciário sempre que o Poder Público não venha implementar políticas públicas constitucionalmente devidas ou realizar outras frontalmente contrárias ao texto constitucional. (Carvalho, 2019, p. 783). a utilização do Poder Judicial para solução de demandas individuais em oposição aos processos coletivos, na busca da efetivação de direitos e de políticas públicas, tem como consequência
- a) o afastamento da possibilidade de uma resposta estrutural do problema.
 - b) o fortalecimento do controle popular sobre as decisões judiciais e administrativas.
 - c) a ampliação da participação cidadã nos espaços deliberativos do Judiciário.
 - d) a consolidação de políticas públicas de forma mais democrática e universal.
 - e) o aumento da efetividade das políticas públicas por meio de decisões individualizadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

6. Em relação às etapas clássicas que compõem o ciclo de políticas públicas, assinale a opção que não corresponde a uma dessas fases.
- a) Avaliação.
 - b) Tomada de decisão.
 - c) Implementação.
 - d) Formulação da política.
 - e) Prestação de contas.

7. Um gestor público precisa avaliar se vale a pena manter um programa que oferece bolsas de estudo no exterior. Ele decide converter tanto os custos (passagens, bolsas, taxas) quanto os benefícios (como aumento de renda dos bolsistas após retorno, impostos pagos, etc.), ambos em valores financeiros, para decidir se o investimento compensa. Nesse caso, ele está utilizando qual tipo de análise?

- a) Análise Efetividade-Custo.
- b) Análise Custo-Efetividade.
- c) Análise Benefício-Efetividade.
- d) Análise Custo-Benefício.
- e) Análise de Resultados Públicos.

8. O governo estadual lançou um programa que oferece óculos de grau gratuitamente para estudantes da rede pública. O projeto é financiado com recursos do orçamento do Estado e beneficia um grupo específico da população. Essa política pública é caracterizada como:

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Efetividade-Custo.
- d) Distributiva.
- e) Estruturante.

9. Um programa estadual de alfabetização foi concluído após quatro anos de execução. Agora, os gestores querem verificar se os objetivos previstos foram alcançados, analisando os resultados do programa. Esse tipo de avaliação, realizada após a implementação, é conhecida como:

- a) Avaliação Concomitante.
- b) Avaliação In Itinere.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação Inicial.

10. No processo de construção da agenda governamental, os problemas públicos podem ser classificados conforme sua intensidade ao longo do tempo. Considerando essa tipologia, assinale a alternativa correta:

- a) O congestionamento progressivo nas grandes cidades, resultado do aumento da frota de veículos, é um exemplo clássico de problema cíclico.
- b) A descoberta de um grande esquema de corrupção, que provoca intensa mobilização da mídia e da opinião pública, representa um problema incremental.
- c) A redução contínua dos índices de analfabetismo no Brasil, após décadas de programas educacionais, é um exemplo de problema em declínio.
- d) A precariedade das escolas públicas, que se mantém praticamente com o mesmo nível de atenção e gravidade ao longo dos anos, caracteriza um problema súbito.
- e) O aumento de doenças respiratórias durante o outono e o inverno é um exemplo típico de problema incremental.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Rodrigo Bet

11. Durante o processo seletivo simplificado realizado por uma fundação pública, constatou-se que determinado candidato foi beneficiado por critérios subjetivos aplicados de forma desigual, em desacordo com as regras previamente estabelecidas no edital. Tal conduta resultou em favorecimento indevido, desvirtuando a finalidade pública do certame.

A violação relatada configura ofensa direta a qual princípio constitucional da Administração Pública?

- a) Moralidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Eficiência.
- e) Razoabilidade.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. Sobre a distinção entre Governança Pública e Gestão Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão pública foca em efetividade e economicidade e a governança pública foca em eficácia e eficiência.
- b) A governança pública tem função direcionadora, enquanto a gestão pública tem função realizadora.
- c) A gestão pública é responsável por avaliar e direcionar, enquanto a governança pública cuida da execução dos planos.
- d) Governança e gestão são funções operacionais idênticas no setor público.
- e) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar, enquanto a governança pública envolve planejar, executar e controlar.

13. Com base no Decreto nº 9.203/2017, que estabelece a política de governança pública na administração pública federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Integridade e transparência são princípios da governança pública.
- II. Liderança, estratégia e controle são mecanismos para o exercício da governança pública.
- III. Liderança, integridade e controle são princípios da governança pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Rodrigo Bet*

14. Uma autarquia federal determinou a imediata execução de um contrato administrativo para reforma em suas instalações, mas deixou de divulgar atos contratuais em meio oficial, o que impediu que os cidadãos e empresas interessadas tivessem ciência do ato. Apesar de o contrato ter sido regularmente realizado, a ausência dessa formalidade comprometeu sua eficácia.

Com base no caso descrito, assinale a alternativa que indica corretamente o princípio constitucional da Administração Pública que foi violado e cuja observância é requisito para a eficácia do ato administrativo.

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Publicidade.
- e) Impessoalidade.

15. A Controladoria de um órgão público federal está elaborando um relatório sobre o uso de verbas destinadas a programas sociais. Um dos critérios para validação das informações constantes nesse relatório é a garantia de que os dados foram extraídos diretamente da fonte, com elevado grau de detalhamento e sem qualquer tipo de modificação ou tratamento posterior.

No contexto da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o atributo exigido da informação, conforme descrito acima, corresponde ao conceito de:

- a) Autenticidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Integridade.
- d) Primariedade.
- e) Fidedignidade.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Géssica Ehle*

16. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 reconhecendo o direito à retificação do nome e do gênero no registro civil por pessoas transgênero, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, laudos médicos ou autorização judicial. Nos termos do Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a utilização do nome civil é absolutamente vedada, uma vez que o nome social o substitui em todos os registros do indivíduo independentemente de requerimento
- b) o nome civil poderá ser utilizado junto do nome social por órgão ou a entidade da administração pública federal direta, caso seja estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros
- c) a utilização do nome civil deverá ser abolida sempre que órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, apurarem que o indivíduo traz aparência que pressuponha se identificar como travesti ou transexual, evitando situações que possam ser discriminatórias
- d) o nome social da pessoa travesti ou transexual constará nos documentos oficiais, se requerido expressamente pelo interessado, substituindo o nome civil
- e) o uso do nome social serve para preservar o direito à identidade de gênero de uma pessoa, que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, guardando relação necessária com o sexo atribuído no nascimento

17. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi editada em Nova York, no dia 31 de março de 1981. Quanto as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres a CEDAW prevê que

- a) poderá haver demissões motivadas pelo estado civil, desde que resguardada indenização justa
- b) os Estados-Partes deverão implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, podendo haver perda do emprego anterior e da antiguidade
- c) cada Estado-Parte promova o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que as mulheres, exclusivamente, consigam combinar as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho
- d) caso mulheres em período de gestação optem por trabalho comprovadamente prejudicial a elas, os Estados-Partes poderão adotar medidas de desligamento e justa indenização
- e) Estados-Partes devem tomar todas as medidas para garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social

18. Joana, servidora pública e mulher negra, praticante de religião de matriz africana, utiliza turbante diariamente como parte de sua expressão religiosa e cultural. Ao retornar ao trabalho após um período de férias, ela é surpreendida por uma nova normativa interna da repartição pública onde atua, a qual estabelece que “todos os servidores deverão manter o padrão estético e visual neutro, vedado o uso de adereços de cabeça que comprometam a identidade institucional do órgão”. Com base na Constituição Federal e na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, é correto afirmar que:

- a) A normativa não configura violação de direitos, pois o órgão pode estabelecer normas de padronização visual dos seus servidores, desde que sem referência explícita a crenças religiosas ou grupos raciais
- b) A norma em questão configura discriminação racial e religiosa direta, pois menciona expressamente a proibição de símbolos africanos
- c) Trata-se de um exemplo de discriminação racial indireta, pois a norma, embora aparentemente neutra, impõe desvantagem desproporcional a pessoas negras de religiões afro-brasileiras, como é o caso de Joana, sem justificativa razoável
- d) Joana poderá ser obrigada a se adequar à norma, desde que a Administração Pública demonstre que o uso do turbante compromete a imagem institucional do local
- e) Joana sofre com uma manifestação de intolerância, pois trata-se de uma afronta direta a sua dignidade, total desprezo e desrespeito por suas convicções religiosas

19. Diante do atual paradigma assecuratório de Direitos Humanos, as pessoas com deficiência (PcDs) têm assegurada a plena capacidade civil, seja por normas internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, seja por normas internas, como a Lei n. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Paulo José é pessoa com deficiência intelectual e busca saber sobre alguns dos direitos que possui expressamente assegurados por Lei, de modo que incorreto o que se afirma em:

- a) Paulo José poderá casar-se e constituir união estável mediante apresentação de atestado de pleno gozo de suas capacidades
- b) a todas as pessoas com deficiência é assegurado o direito de exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária
- c) caso Paulo José tenha menos de 18 (dezoito) anos, poderá figurar como adotando e, caso completa a maioridade civil, poderia figurar também como adotante
- d) caso Paulo José deseje passar por procedimento de vasectomia não precisará estar curatelado para o ato
- e) A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, para todos esses atos Paulo José, como pessoa com deficiência, preserva sua capacidade civil plena

20. A sociedade atual discute sobre a temática do envelhecimento saudável e quanto à longevidade nunca antes experienciada. Quanto aos direitos assegurados à pessoa idosa, analise os itens a seguir.

- I. A efetivação de direitos como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito deve ser assegurada pela família, a sociedade e o Estado, com absoluta prioridade.
- II. Um profissional de saúde que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento cometerá crime a ser punido com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
- III. Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Antônio Daud*

21. Gilvan, ao estudar sobre os sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, afirmou INCORRETAMENTE que o Sistema de:

- a) Integridade Pública possui como principal objetivo coordenar e articular as atividades relativas à integridade, além de aumentar a simetria de informações com a sociedade e estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.
- b) Ouvidoria tem como finalidade principal coordenar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, especialmente no tocante ao recebimento de manifestações.
- c) Correição tem por objetivo realizar atividades relacionadas à prevenção e à apuração de infrações funcionais, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.
- d) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (TI) objetiva organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de TI.
- e) Controle Externo é responsável por avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, bem como por comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

22. Inocêncio, servidor efetivo de determinado órgão público federal, ao assumir a gestão de um novo departamento, foi instruído pelos seus superiores sobre a execução das atividades na Administração Federal, tendo sido falado INCORRETAMENTE que:

- a) A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
- b) A descentralização deve ocorrer dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução.
- c) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para as unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio.
- d) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- e) Os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, permitindo-se a descentralização das atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Elisabete Moreira*

23. O modelo racional-legal, implantado no Brasil na tentativa de acabar com a corrupção e o nepotismo presentes no modelo de administração patrimonial, mostrou-se ineficaz no atendimento às demandas dos cidadãos, tornando-se necessário implementar um novo modelo de gestão que produzisse resultados efetivos para a sociedade. Acerca da evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) A reforma do Estado gerencial mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientada para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade de construção do Estado em novas bases.
- b) A reforma do Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava desde o governo de Juscelino Kubitschek.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas deve ser definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) Para produzir inovações eficazes, no que diz respeito ao governo e à sociedade digital, não se faz necessário dispor de quadros jurídicos que combinem mercados e redes, pois isso burocratizaria as iniciativas.
- e) Nas crises passadas ocorridas no Estado, a exemplo de terrorismos, finanças, catástrofes naturais, entre outras, houve a necessidade dos Centros de governo, como hierarquias, assumir a liderança na orientação dos mercados.

24. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade e incorporou ferramentas e a orientação para o mercado com vistas a dar resultados ao cidadão. Levando em consideração o tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Desde o final da década de 1970, começando no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan, o modelo de *New Public Management* (NPM) ganhou impulso, baseado em teorias econômicas neoinstitucionalistas com transações entre principais e agentes, posteriormente, incorporado à agenda brasileira.
- II. O Estado Neoweberiano mantém uma parcela significativa do setor público e tem a hierarquia como o seu principal motor, não só dentro do setor público, mas também para orientar a sua metagovernança entre o setor público e o setor privado com e sem fins lucrativos.
- III. No Estado Neoweberiano, o papel da democracia representativa é substituída por uma série de dispositivos de consulta e de representação direta das opiniões dos cidadãos

Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) I, apenas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

25. O Estado de Arco-Íris vem enfrentando dificuldades fiscais, com déficit orçamentário recorrente e aumento de sua dívida consolidada. Ao assumir o governo, a nova gestão decide implementar um programa de ajuste fiscal e de priorização de políticas públicas com base em evidências. Para isso, o governador orienta que:

1. a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte estabeleça critérios mais rígidos para limitação de empenho, defina metas fiscais compatíveis com a sustentabilidade da dívida e incorpore resultados das avaliações de políticas públicas já executadas.
2. a próxima Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja recursos para programas cuja eficácia tenha sido comprovada nas avaliações, ainda que isso implique cortar iniciativas politicamente populares, mas ineficientes e ineficazes.
3. no Plano Plurianual (PPA), sejam incluídas metas plurianuais que considerem o cenário macroeconômico, bem como diretrizes para a política fiscal.

Considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), é correto afirmar que:

- a) Todas as medidas propostas são constitucionais e coerentes com a CF e com a LRF, pois integram planejamento de médio prazo (PPA), planejamento de curto prazo (LDO) e execução anual (LOA) de forma a alinhar políticas públicas a resultados e sustentabilidade fiscal.
- b) As medidas violam a CF e a LRF, pois a LDO não pode conter critérios para limitação de empenho nem considerar avaliações de políticas públicas, já que tais funções pertencem exclusivamente ao PPA.
- c) A LOA não pode selecionar programas com base em eficácia comprovada, devendo incluir todas as ações previstas no PPA, independentemente de

avaliação de resultados, sob pena de afronta ao princípio da universalidade orçamentária.

- d) Apenas as medidas propostas nos itens 1 e 2 são constitucionais e coerentes com a LRF e com a CF, visto que as diretrizes de política fiscal devem ser tratadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não no Plano Plurianual, conforme orientação contida no item 3.
- e) A vinculação do planejamento orçamentário aos resultados de avaliação de políticas públicas é exigência exclusiva da LRF e não encontra previsão expressa no texto constitucional.

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais nos ambientes laborais tem provocado mudanças significativas nas relações de trabalho. Um dos principais efeitos dessas transformações, especialmente nas plataformas digitais e ambientes virtuais, é:

- a) A consolidação de empregos com carteira assinada, impulsionada pela regulamentação de startups.
- b) A crescente aplicação de regimes de tempo integral com controle rígido de jornada.
- c) A emergência de modelos de trabalho baseados em algoritmos, com impacto direto na autonomia e remuneração dos trabalhadores.
- d) A extinção de trabalhos informais devido à transparência dos dados digitais.
- e) A substituição completa da mão de obra humana por agentes autônomos de inteligência artificial.

27. No contexto do setor público brasileiro, o uso de Inteligência Artificial (IA) tem sido estimulado como forma de ampliar a eficiência e a capacidade de atendimento ao cidadão. Entre os impactos positivos dessa adoção, destaca-se:

- a) A redução da participação social em decisões administrativas, delegando decisões inteiramente aos algoritmos.
- b) O fortalecimento do atendimento presencial em detrimento de canais digitais automatizados.
- c) A padronização de processos, aumento da celeridade e apoio à tomada de decisões com base em dados.
- d) A exclusividade de uso da IA apenas para fins de controle interno e auditoria de gastos.
- e) A substituição automática de servidores públicos em funções estratégicas, com eliminação de concursos.

28. A automação de processos por meio de Robotic Process Automation (RPA) tem sido adotada por órgãos públicos para aumentar a produtividade administrativa. Sobre essa prática, é correto afirmar que:

- a) Elimina a necessidade de revisão humana em processos críticos, devido à infalibilidade dos robôs.
- b) Está restrita a tarefas criativas e de alto grau de abstração, típicas de cargos estratégicos.
- c) É utilizada apenas em processos judiciais eletrônicos, como no âmbito do Poder Judiciário.
- d) Possui impacto direto na redução de retrabalho, tempo de execução e erros operacionais.
- e) Pressupõe o desligamento de servidores para compensar os investimentos em tecnologia.

29. A crescente adoção de sistemas baseados em inteligência artificial no setor público tem levantado preocupações quanto à sua aplicação em decisões administrativas. Entre os riscos a serem considerados, destaca-se:

- a) A obrigatoriedade de aprovação judicial para cada uso de algoritmos em serviços públicos.
- b) A possibilidade de reprodução de vieses discriminatórios presentes nos dados de treinamento.
- c) A total neutralidade e imparcialidade garantida por sistemas baseados em IA.
- d) A substituição automática de todos os processos burocráticos por decisões algorítmicas.
- e) A exclusividade do uso de IA apenas para atividades internas, sem impacto no cidadão.

30. Apesar dos ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias, sua adoção no setor público também pode gerar limitações institucionais. Um exemplo concreto de limitação a ser enfrentada é:

- a) O aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados públicos.
- b) A ampla digitalização dos serviços públicos essenciais para o cidadão.
- c) A melhoria nos fluxos de trabalho com uso de ferramentas de automação.
- d) A integração entre diferentes órgãos por meio de soluções interoperáveis.
- e) A carência de profissionais qualificados para implementar e manter soluções tecnológicas.

EIXO TEMÁTICO 1**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL***André Rocha*

31. O desenvolvimento sustentável é aquele que busca satisfazer a necessidade da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Sobre desenvolvimento sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, julgue os itens a seguir.

I – A solidariedade sincrônica é a que se preocupa com os direitos das futuras gerações.

II – Um dos ODS busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

III – A despeito do termo “Agenda 2030”, algumas metas deveriam ter sido alcançadas até 2020.

Estão corretos os itens:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I, II e III.
- d) I e III, somente.
- e) II e III, somente.

32. Assinale a alternativa que não apresenta um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)

- a) Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
- b) Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
- c) Parcerias e meios de implementação: reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

d) Soberania alimentar e sistemas alimentares resilientes: assegurar que todas as comunidades tenham o direito e a capacidade de definir suas próprias políticas alimentares, garantindo sistemas alimentares locais, sustentáveis, nutritivos e resilientes a choques climáticos e econômicos.

e) Energia limpa e acessível: garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.

33. Sobre meio ambiente, sustentabilidade e mudanças climáticas, assinale a alternativa correta.

a) Os gases de efeito estufa que mais contribuem para o aquecimento global são o monóxido de carbono e o metano.

b) Os gases de efeito estufa possuem a propriedade de absorver a radiação ultravioleta que chega até o planeta Terra, permitindo que o calor não escape de volta para o espaço.

c) No âmbito da geração de energia elétrica, a transição energética busca substituir tecnologias que emitem mais gases de efeito estufa (GEEs), como as que ocorrem nas usinas nucleares e termoeletricas, por tecnologias que emitem menos GEEs, como as que ocorrem em usinas eólicas e solares.

d) O potencial aquecimento global (*Global Warming Potential – GWP*) do gás carbônico é o maior dentre gases de efeito estufa, razão pela qual ele é gás que mais contribui para as mudanças climáticas.

e) No Brasil, o gás metano, o segundo que mais contribui para o aquecimento global, é emitido principalmente pelo setor agropecuário, sobretudo em razão da fermentação entérica de ruminantes.

ECONOMIA*Amanda Aires*

34. A respeito dos pioneiros das teorias do desenvolvimento econômico, assinale a afirmativa correta.

- a) Para Hirschman, o desenvolvimento equilibrado e simultâneo de todos os setores é condição necessária para evitar gargalos produtivos.
- b) A teoria de Rosenstein-Rodan defende que o investimento público deve ser evitado em setores estratégicos, pois distorce a alocação de recursos.
- c) Lewis propôs um modelo de economia de dois setores, argumentando que o capital se desloca naturalmente do setor industrial para o setor agrícola.
- d) Singer e Prebisch destacaram que os países em desenvolvimento deveriam aprofundar sua inserção nas cadeias globais para acelerar o crescimento.
- e) A proposta de Arthur Lewis descreve a transferência de mão de obra excedente da agricultura tradicional para a indústria moderna como motor do crescimento.

35. Com base nas formulações clássicas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), assinale a afirmativa correta.

- a) A Cepal sempre defendeu que os mercados, com mínima intervenção estatal, seriam suficientes para superar o subdesenvolvimento.
- b) A principal proposta cepalina era a abertura comercial irrestrita para aumentar a competitividade da indústria latino-americana.
- c) A industrialização por substituição de importações era vista pela Cepal como estratégia para romper a dependência da região em relação ao centro.
- d) A Cepal propunha que o aumento das exportações de produtos primários resolveria o problema dos termos de troca.

e) As ideias da Cepal eram completamente alheias ao debate sobre planejamento estatal do desenvolvimento.

36. Acerca da contribuição de Celso Furtado para a compreensão do subdesenvolvimento, assinale a afirmativa correta.

- a) Para Furtado, o subdesenvolvimento é apenas uma fase inicial do desenvolvimento capitalista.
- b) Furtado rejeita a noção de que o subdesenvolvimento seja um fenômeno estrutural.
- c) Furtado acreditava que a cultura regional não tem relevância nas estratégias de desenvolvimento.
- d) O autor entende o subdesenvolvimento como um sistema historicamente constituído e reproduzido, e não como uma etapa superável naturalmente.
- e) Para ele, o desenvolvimento se daria automaticamente com o aumento das exportações de produtos agrícolas.

37. Com base na teoria centro-periferia e na crítica das teorias da dependência, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria centro-periferia defende que o crescimento do centro beneficia automaticamente a periferia.
- b) Para os dependentistas, o subdesenvolvimento resulta exclusivamente de fatores internos, como má gestão pública.
- c) A crítica da dependência considera irrelevante a estrutura do comércio internacional.
- d) A ideia de que o desenvolvimento do centro gera subdesenvolvimento na periferia é central nas formulações da dependência.
- e) A relação centro-periferia é sempre simétrica e mutuamente benéfica.

38. Em relação aos modelos de desenvolvimento baseados na substituição de importações e no crescimento liderado pelas exportações (export-led growth), assinale a alternativa correta.

- a) Ambos os modelos rejeitam a participação estatal na economia.
- b) O modelo de substituição de importações prioriza o setor agrícola como base do desenvolvimento.
- c) O modelo export-led se baseia na competitividade internacional para impulsionar a industrialização.
- d) O modelo de substituição de importações não se preocupava com a balança de pagamentos.
- e) O export-led growth rejeita qualquer forma de inserção no comércio internacional.

39. Sobre as experiências de desenvolvimento de países como Inglaterra, EUA, Japão, Alemanha, Coreia do Sul e China, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os países mencionados adotaram políticas de mercado livre desde o início de seu desenvolvimento.
- b) O desenvolvimento industrial da Coreia do Sul foi impulsionado exclusivamente por investimentos estrangeiros.
- c) A China adotou o modelo soviético desde os anos 1990, com foco na coletivização rural.
- d) A maioria dos países que se industrializaram combinou políticas de proteção à indústria com forte papel do Estado.
- e) O Japão evitou qualquer tipo de planejamento estatal no pós-guerra.

40. Acerca do financiamento do desenvolvimento e dos bancos de desenvolvimento, assinale a afirmativa correta.

- a) Os bancos de desenvolvimento visam financiar investimentos de longo prazo em áreas estratégicas da economia.
- b) O financiamento do desenvolvimento é tarefa exclusiva dos bancos comerciais.
- c) O modelo keynesiano rejeita o uso de bancos públicos para fomentar o investimento.
- d) O BNDES tem por missão principal a regulação monetária da economia.
- e) A atuação dos bancos de desenvolvimento restringe-se à concessão de crédito ao consumo das famílias.

MEIO AMBIENTE E DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

Leandro Signori

41. Diante das exigências da transição energética e do novo contexto geopolítico, discute-se no Brasil e no mundo uma reindustrialização orientada por critérios de sustentabilidade.

Nesse cenário:

- a) A reindustrialização verde é centrada na substituição do setor terciário pelo setor industrial com foco em produtividade bruta.
- b) O processo busca fortalecer a indústria tradicional com base em ganhos de escala e competitividade via insumos fósseis.
- c) Está desvinculada das estratégias de adaptação climática e ocorre apenas em setores de alta tecnologia.
- d) Propõe a modernização das cadeias industriais, com menor pegada de carbono e ênfase em inovação sustentável.
- e) Envolve exclusivamente investimentos estatais em polos industriais historicamente consolidados.

42. Com o aumento de eventos extremos nas cidades, estratégias como a infraestrutura verde vêm ganhando destaque no planejamento urbano.

Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A infraestrutura verde refere-se exclusivamente à presença de vegetação ornamental em áreas públicas.
- b) Soluções baseadas na natureza buscam substituir parques e áreas verdes por corredores logísticos mais eficientes.
- c) A implantação de telhados verdes, jardins de chuva e corredores ecológicos visa aliar funcionalidade urbana e regulação ambiental.
- d) A drenagem urbana sustentável se baseia apenas na expansão de galerias pluviais e canais de contenção.
- e) A infraestrutura verde não tem aplicabilidade prática em cidades brasileiras com densidade demográfica elevada.

EIXO TEMÁTICO 2

TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Leandro Signori

43. Nas periferias urbanas brasileiras, frequentemente ocupadas por populações negras e de baixa renda, é comum encontrar aterros sanitários, lixões, indústrias poluentes e falta de cobertura vegetal. O fenômeno que descreve a exposição desproporcional de grupos vulneráveis aos impactos socioambientais é denominado racismo ambiental.

Com base nesse conceito, é correto afirmar que:

- a) O enfrentamento do racismo ambiental exige políticas públicas que reconheçam a intersecção entre desigualdade socioeconômica, raça e degradação ambiental.
- b) O racismo ambiental é um fenômeno exclusivo do Sul Global e não ocorre em países industrializados com forte regulação ambiental.

c) A transição energética no Brasil tem corrigido desigualdades históricas ao priorizar o financiamento de comunidades tradicionais para geração de energia limpa.

d) A justiça climática reconhece que os efeitos da crise ambiental são distribuídos de forma equitativa, e que o problema está na capacidade de adaptação das comunidades.

e) A gestão urbana voltada à sustentabilidade ambiental evita a concentração de passivos ambientais em territórios marginalizados.

44. Segundo a Nova Geografia Econômica, as economias de aglomeração favorecem a concentração espacial da atividade econômica, reforçando desigualdades territoriais.

Nesse modelo, é correto afirmar que:

- a) Regiões periféricas se beneficiam mais da aglomeração produtiva do que os grandes centros.
- b) A aglomeração gera benefícios apenas para o setor terciário, não afetando a indústria.
- c) A aglomeração regional favorece homogeneidade de renda e condições de vida entre os municípios.
- d) A desconcentração espacial da economia é uma consequência natural da globalização produtiva.
- e) A concentração de empresas, infraestrutura e conhecimento tende a atrair ainda mais investimentos para áreas já desenvolvidas.

45. A regulação de mercado de carbono busca reduzir emissões por meio de mecanismos econômicos e metas pactuadas.

O que define um mercado de carbono regulado?

- a) Livre troca de créditos entre empresas.
- b) Compensação voluntária de emissões.
- c) Obrigatoriedade de metas impostas por lei.
- d) Conversão de áreas degradadas.
- e) Substituição de imposto territorial.

46. As políticas industriais contemporâneas combinam inovação, sustentabilidade e instrumentos públicos.

Qual instrumento caracteriza uma política industrial horizontal?

- a) Incentivo à cadeia automotiva.
- b) Melhoria do ambiente regulatório.
- c) Exigência de conteúdo nacional.
- d) Subsídio a petróleo e gás.
- e) Cota mínima de exportação.

47. A industrialização brasileira entre 1930 e 1980 concentrou-se no eixo Sudeste, mas favoreceu o crescimento de polos em outras regiões, como o Norte e o Centro-Oeste.

Esse processo pode ser compreendido com base:

- a) Na teoria da desintegração funcional das regiões periféricas.
- b) Na descentralização da indústria em função do capital financeiro internacional.
- c) Na completa ausência de planejamento estratégico no período.
- d) Na aplicação da Nova Geografia Econômica à política desenvolvimentista dos anos 1930.
- e) Na formação de polos de crescimento estimulados por investimentos estatais.

48. A inserção do Brasil na economia global nas últimas décadas intensificou os fluxos comerciais e financeiros, mas também aprofundou desequilíbrios internos ao privilegiar determinados espaços produtivos.

Considerando essa dinâmica, assinale a alternativa correta:

- a) A globalização reduziu as desigualdades regionais no Brasil ao promover integração produtiva em áreas tradicionalmente periféricas.
- b) A indústria brasileira passou a disputar mercados globais com base em alta densidade tecnológica, reduzindo sua vulnerabilidade externa.
- c) O mercado financeiro internacional favoreceu a interiorização da industrialização nas regiões Norte e Nordeste.
- d) A globalização anulou a lógica centro-periferia dentro do território nacional, tornando-o mais homogêneo.
- e) A concentração de infraestrutura e conectividade no Sudeste e Sul acentuou o papel dessas regiões como nós privilegiados da globalização.

49. Modelos de mobilidade urbana mais sustentáveis priorizam a redução de emissões e o uso racional do espaço urbano.

Com base nessa ideia, assinale a alternativa correta:

- a) A substituição de frotas por veículos elétricos elimina a necessidade de investimento em transporte público.
- b) A mobilidade de baixo carbono valoriza modos ativos, coletivos e sistemas integrados com baixa emissão.
- c) As soluções sustentáveis em mobilidade dependem exclusivamente de infraestrutura cicloviária.
- d) A redução do uso de veículos particulares depende unicamente da elevação dos preços dos combustíveis.
- e) A eletrificação veicular garante mobilidade inclusiva e equitativa em regiões periféricas.

50. No contexto do território brasileiro, a coexistência entre grandes empreendimentos do agronegócio e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas frequentemente resulta em conflitos pela terra e pelo uso dos recursos naturais.

Assinale a alternativa correta:

- a) A expansão da fronteira agrícola respeita integralmente os direitos territoriais de povos originários, conforme a Constituição.
- b) A sobreposição de interesses produtivos e socioculturais revela a complexidade do desenvolvimento rural no Brasil.
- c) Os conflitos agrários têm diminuído devido à regularização fundiária e ao avanço da titulação de territórios quilombolas.
- d) As comunidades tradicionais possuem prioridade legal no acesso a linhas de crédito agrícola da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
- e) A presença de grandes empreendimentos agroindustriais garante maior acesso à saúde e educação em comunidades isoladas.

CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Marco Túlio

51. A respeito dos objetivos dos pontos de cultura estabelecidos pela Política Nacional de Cultura Viva, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) Potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.
- b) Adotar princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado;
- c) Promover o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade;
- d) Desenvolver programação integrada entre pontos de cultura por região.
- e) Estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural;

SISTEMAS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS DE INOVAÇÃO

Amanda Aires

52. A respeito dos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI), assinale a afirmativa correta.

- a) Os SNI baseiam-se na suposição de que o progresso tecnológico depende exclusivamente das decisões do setor privado, sem necessidade de coordenação institucional.
- b) O conceito de SNI propõe que o processo de inovação ocorre de forma isolada dentro das empresas, sendo desnecessária a interação com universidades ou governo.
- c) O conceito de SNI destaca a importância da interação entre instituições públicas e privadas para o desenvolvimento e difusão da inovação tecnológica.
- d) A abordagem dos SNI descarta o papel do Estado na formulação de políticas tecnológicas.
- e) O SNI considera irrelevante a infraestrutura científica e tecnológica na definição da capacidade inovativa de um país.

53. Sobre os Sistemas Regionais e Locais de Inovação, assinale a alternativa correta.

- a) Os sistemas locais de inovação prescindem de políticas públicas, uma vez que dependem apenas das dinâmicas espontâneas do mercado.
- b) Os sistemas regionais de inovação são homogêneos em todo o território nacional, independentemente das capacidades locais.
- c) Sistemas locais de inovação podem se desenvolver com base em arranjos produtivos locais (APLs), redes de cooperação e infraestrutura científica instalada.
- d) A geografia da inovação é irrelevante para o desempenho dos sistemas regionais.
- e) Sistemas regionais de inovação são necessariamente subordinados aos sistemas nacionais e não possuem autonomia estratégica.

54. Assinale a alternativa correta sobre as características dos sistemas nacionais, regionais e locais de inovação.

- a) A principal função dos sistemas de inovação é substituir completamente a atuação do setor privado no desenvolvimento tecnológico.
- b) Sistemas de inovação funcionam de forma independente do ambiente institucional, sendo eficazes mesmo em contextos de baixa coordenação política.
- c) A eficácia dos sistemas de inovação depende da interação entre os agentes econômicos, científicos, tecnológicos e governamentais em um ambiente institucional favorável.
- d) Os sistemas regionais e locais de inovação não se beneficiam da proximidade geográfica entre empresas e centros de pesquisa.
- e) O conceito de sistema de inovação pressupõe que todos os países seguirão o mesmo modelo de desenvolvimento tecnológico, independentemente de sua trajetória histórica.

EIXO TEMÁTICO 3

ANÁLISE FINANCEIRA, MERCADOS E RISCO

Paulo Portinho

55. No que concerne às Finanças Corporativas, assinale a alternativa **incorreta**.

Na empresa Atom Ants, o capital próprio representa 1/3 do total do capital à disposição da sociedade. O custo médio dos empréstimos de terceiros, líquido de IR, foi mensurado em 12% ao ano, e o custo do capital próprio da empresa, mensurado pelo modelo CAPM, é de 18% ao ano.

Estima-se uma alíquota de IR de 20%.

- a) O custo do capital próprio é maior do que o custo do capital de terceiros
- b) O custo bruto da dívida é de 15%

- c) Não é necessário utilizar a alíquota do IR para calcular o WACC, nesse caso.
- d) A empresa financia 2/3 de seus ativos com capital de terceiros
- e) O WACC dessa empresa é 15%

56. Considere as seguintes informações extraídas dos Balanços Patrimoniais da empresa XYZ (em R\$ milhões):

Contas do Balanço Patrimonial	Ano 1	Ano 2
Ativo Circulante	300	450
Ativo Não Circulante	100	50
Passivo Circulante	150	300
Passivo Não Circulante	50	100
Estoques	80	120

Com base nessas informações, assinale a alternativa **incorreta** sobre a análise de balanços da empresa XYZ:

- a) O índice de liquidez corrente da empresa diminuiu de Ano 1 para Ano 2.
- b) O patrimônio líquido da empresa no Ano 2 é de R\$ 100 milhões.
- c) O índice de liquidez seca da empresa no Ano 2 é maior que no Ano 1.
- d) A participação do passivo circulante no total do passivo não aumentou de Ano 1 para Ano 2.
- e) O ativo total da empresa aumentou de Ano 1 para Ano 2.

57. Relacione as funções do mercado financeiro com suas respectivas características, métodos e agentes.

1. Promoção da acumulação de recursos financeiros.
2. Intermediação na alocação de recursos entre agentes econômicos.

3. Garantia de liquidez para os agentes econômicos.

() Os sistemas de pagamento, como transferências e liquidação de gastos com cartões, são amplamente geridos por instituições financeiras.

() As instituições financeiras captam recursos de investidores e os direcionam para quem necessita de financiamento.

() Fundos de investimento, seguradoras e fundos de previdência adquirem ativos financeiros, como ações e títulos, para compor suas carteiras.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 2, 3 e 1.
- c) 2, 1 e 3.
- d) 3, 1 e 2.
- e) 3, 2 e 1.

FALHAS DE MERCADO E ATUAÇÃO DO ESTADO

Nick Simonek

58. Desregulação é o processo de

- a) supervisão sem fiscalização, sendo uma das principais atividades das agências reguladoras.
- b) orientação que se refere a um conjunto de regras e normas estabelecidas pelo Estado, para controlar e orientar o comportamento de consumidores em determinados setores da economia.
- c) interação entre as agências reguladoras e o CADE, sendo essencial para garantir a efetividade das políticas de regulação e defesa da concorrência.

d) redução ou eliminação de normas governamentais em um setor econômico, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica, reduzir custos para as empresas e promover a inovação e a concorrência.

e) reintrodução ou modificação de regulamentações em resposta a falhas de mercado, crises econômicas ou mudanças nas prioridades políticas e sociais.

59. Sobre aspectos referentes à regulação da atividade econômica, é correto afirmar:

a) A regulação disciplina a atuação de monopólios naturais, que são aqueles decorrentes do domínio da oferta de recursos naturais, como distribuição de água potável.

b) A regulação disciplina a ocorrência de externalidades, as quais dizem respeito aos custos que as firmas incorrem após a saída do produto da fábrica, como custos de transporte.

c) A ação governamental de regulação visa reduzir a assimetria de informação que ocorre em mercados competitivos em que os produtos das firmas são homogêneos.

d) A tendência de desregulação ocorrida a partir do Governo Reagan nos Estados Unidos tem tido como objetivo assegurar e ampliar a ação e a eficiência de indústrias estatais.

e) O problema do principal-agente ocorre quando agentes adotam um comportamento para maximizar seus interesses que são contrários aos dos principais

60. Com o crescente papel regulador do Estado, diversas teorias buscaram dar conta do fenômeno regulatório, com foco, principalmente, nas interações entre atores públicos e privados. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. De acordo com a Teoria da Captura, as interferências política, pessoal e econômica que atingem os usuários-consumidores podem impedir decisões de cunho técnico e enfatizar interesses particulares. Assim, por definição, a captura ocorre quando interesses privados, ainda que não preponderem no início, ultrapassam o interesse público, e as agências reguladoras se curvam à influência dominante dos regulados ou são capturadas pelos seus interesses.

II. A Teoria do Agente-Principal se interessa pelo relacionamento entre dois atores econômicos (um é o principal e o outro é o agente). O agente dispõe de um conjunto de possíveis comportamentos a adotar e suas ações afetam o bem-estar entre as partes e dificilmente são observáveis pelo principal. A análise consiste, então, em como um ator econômico (principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive o outro ator (agente) a agir de acordo com o interesse do primeiro. Mesmo admitindo a vigência de um contrato entre as partes (ex.: contrato de concessão), a relação e o cumprimento dos dispositivos contratuais se enquadram em um contexto de informação assimétrica, pois o principal dispõe de um conjunto imperfeito de informações sobre o agente. Se essas informações são referentes à estrutura de custos do agente (empresa regulada), é de se esperar que o principal (agência reguladora) tenha uma base de conhecimento que depende da confiabilidade das informações prestadas pelo agente.

III. A Teoria Econômica da Regulação tem por fundamento o conceito de “eficiência econômica”, seja sob o prisma produtivo, distributivo ou alocativo. O primeiro se traduz na utilização da tecnologia e da planta produtiva instalada com o máximo de rendimento e mínimo custo; o segundo consiste na capacidade de eliminação de rendas

monopolísticas e/ou outros ganhos temporários de agentes econômicos individuais, rendas essas obtidas em virtude de ausência de concorrência; o terceiro (alocativo) impõe que um resultado econômico é mais eficiente do que outro se ele é superior de Pareto, o que geralmente ocorre quando há a realização de um maior número de transações e, portanto, maior renda é gerada.

A respeito da Teoria da Captura, da Teoria do Agente-Principal e da Teoria Econômica da Regulação, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) Todas estão erradas

61. Em relação aos objetivos do sistema regulador, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A eficiência econômica deve ser perseguida, para que o maior volume de transações ocorra.
- () O objetivo distributivo visa a redução da apropriação de excedentes do consumidor pelo produtor.
- () A qualidade dos serviços deve ser aumentada, mas sempre a um preço considerado justo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e V.
- d) F, V e V.
- e) F, F e V

62. A análise de impacto regulatório de uma proposta de proibição de venda de bebidas alcoólicas em supermercados deve considerar as seguintes variáveis:

- a) opinião dos consumidores e repercussões políticas.
- b) valores morais e religiosos da maioria da população.
- c) melhoria da saúde pública e restrição à liberdade econômica.
- d) importância de controlar o consumo de produtos perigosos e queda na arrecadação tributária.
- e) limitação da escolha individual e respeito à dignidade da pessoa humana

PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

Stefan Fantini

63. Em uma secretaria municipal, os chefes de departamento estão elaborando metas e ações específicas para suas áreas. Esse tipo de planejamento, feito pelo nível gerencial e voltado para uma unidade específica, é chamado de:

- a) Planejamento estratégico.
- b) Planejamento operacional.
- c) Planejamento tático.
- d) Planejamento institucional.
- e) Planejamento normativo.

64. Durante um processo de diagnóstico organizacional, a empresa João das Neves Company identificou que boa parte de suas equipes possui baixa qualificação técnica e que seus sistemas de TI estão obsoletos, dificultando a execução de tarefas e a competitividade no mercado. Segundo a análise SWOT, esses elementos são classificados como:

- a) Ameaças externas que devem ser neutralizadas pela organização.
- b) Forças internas que precisam ser aproveitadas estrategicamente.
- c) Oportunidades de modernização e crescimento.
- d) Fraquezas internas que comprometem o desempenho da organização.
- e) Riscos operacionais que não interferem na análise SWOT.

GESTÃO DE RISCOS

Rodrigo Rennó

Acerca do assunto Gestão de Riscos, julgue o item que se segue.

65. No contexto da administração pública contemporânea, a gestão de riscos é reconhecida como uma função estratégica de apoio à governança. Nesse sentido, assinale a alternativa que melhor expressa sua finalidade essencial.

- a) Reduzir a exposição da organização exclusivamente a riscos financeiros, a partir da reestruturação de passivos.
- b) Identificar, avaliar, tratar e monitorar incertezas que possam comprometer o alcance dos objetivos organizacionais.
- c) Estabelecer mecanismos de punição automática para irregularidades previamente identificadas.
- d) Concentrar as decisões estratégicas em órgãos de controle para assegurar o cumprimento de metas.
- e) Justificar a descontinuidade de projetos que não alcançaram resultados financeiros positivos.

**GOVERNANÇA E ARRANJOS FEDERATIVOS
TERRITORIAIS: CONSÓRCIOS PÚBLICOS,
REGIÕES METROPOLITANAS, REGIÕES
INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO,
AGLOMERAÇÕES URBANAS***Antônio Daud*

66. Os municípios Alfa e Beta, por meio de seus prefeitos municipais, Antonio e Augusto, respectivamente, firmaram consórcio público para prestação de serviços de saúde nos dois municípios. A iniciativa foi bastante elogiada pelos parlamentares das cidades, incluindo Josimar e Beto, presidentes das Câmaras de Vereadores, e por Dionísio, juiz titular da única Vara Judicial que atende aos municípios.

Nos termos previstos na Lei 11.107/2005, assinale a alternativa que menciona aquele(s) que pode(m) ser eleito(s) como representante legal do consórcio público:

- a) Antonio e Augusto.
- b) Josimar e Beto.
- c) Antonio, Augusto, Josimar e Beto.
- d) gestor público a ser indicado por Josimar e Beto.
- e) Antonio, Augusto e Dionísio.

EIXO TEMÁTICO 4**ECONOMIA***Celso Natale*

67. Com base na estrutura produtiva e nas transformações da economia brasileira entre os séculos XVI e XX, assinale a alternativa correta.

- a) O ciclo do açúcar foi marcado por forte dinamismo no mercado interno, o que garantiu sua sobrevivência até o século XX.
- b) A mineração no século XVIII teve menor impacto econômico do que o ciclo do açúcar, devido à sua curta duração e baixa escala.
- c) Mesmo após a Proclamação da República, a estrutura econômica brasileira manteve as características de um sistema agroexportador herdado do período colonial.
- d) A independência do Brasil, em 1822, significou o rompimento imediato com a dependência das exportações de bens primários.
- e) A economia cafeeira teve papel secundário na arrecadação fiscal brasileira nas primeiras décadas do século XX.

68. Com relação à economia brasileira da Primeira República e às políticas de valorização do café, assinale a alternativa incorreta.

- a) A política do Encilhamento, implementada por Rui Barbosa, buscou adaptar a oferta monetária à nova realidade da economia cafeeira e da transição para o trabalho assalariado.
- b) A crise de 1929 teve impacto severo sobre a economia brasileira, gerando queda dos preços de exportação e suspensão do pagamento da dívida externa.
- c) O convênio de Taubaté, em 1906, estabeleceu as bases para uma intervenção estatal no mercado de café por meio da compra de excedentes.
- d) A política de valorização do café contribuiu, no longo prazo, para diversificação econômica e fortalecimento da indústria nacional.
- e) Durante a Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira sofreu com queda na arrecadação, devido à redução das importações e exportações.

69. O Encilhamento foi uma política econômica adotada no início da República com o objetivo de adaptar o sistema financeiro brasileiro à nova realidade da economia cafeeira, marcada pelo avanço da mão de obra assalariada e pelo aumento da demanda por moeda. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) A política do Encilhamento buscou controlar a inflação com rígido controle da emissão de papel-moeda, alinhando-se à doutrina metalista, que exigia lastro em ouro para toda a base monetária.
- b) A crise do Encilhamento decorreu, entre outros fatores, da valorização cambial e do superávit no balanço de pagamentos, que geraram forte entrada de capitais especulativos.
- c) Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, foi responsável por medidas que restringiram o crédito e reduziram a quantidade de moeda circulante como forma de estabilizar a economia.
- d) A expansão descontrolada do crédito e da emissão de papel-moeda durante o Encilhamento resultou

na proliferação de empresas fantasmas, inflação elevada e uma crise financeira que afetou a bolsa de valores do Rio de Janeiro.

- e) A política do Encilhamento foi bem-sucedida em modernizar o sistema bancário nacional e garantir estabilidade monetária até o final do governo de Deodoro da Fonseca.

70. A crise de 1929 teve profundo impacto na economia brasileira, interrompendo o ciclo de crescimento baseado nas exportações cafeeiras e exigindo a adoção de novas estratégias econômicas. Sobre as políticas adotadas pelo Brasil no período, assinale a alternativa correta.

- a) O governo brasileiro adotou uma política fiscal ortodoxa, baseada na retração de gastos públicos e no aumento da taxa de juros, com o objetivo de preservar o padrão-ouro e evitar inflação.
- b) A suspensão da política de valorização do café e o abandono da intervenção estatal permitiram uma recuperação espontânea da economia, liderada pelo setor privado.
- c) Com a desvalorização internacional do café e o colapso da Bolsa de Nova Iorque, o governo brasileiro declarou moratória e implementou uma política ativa de compras de excedente de café, financiada por emissão monetária.
- d) A retração econômica provocada pela crise levou à rápida substituição do setor agroexportador pelo setor industrial, que passou a responder pela maior parte do PIB brasileiro já na década de 1930.
- e) A queda da renda nacional brasileira entre 1929 e 1937 superou os 50%, revelando a fragilidade da economia diante da dependência externa e da falta de políticas de enfrentamento da crise.

71. Com base nas transformações econômicas ocorridas no Brasil entre o final do Milagre Econômico e a crise da dívida externa nos anos 1980, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975–1979) redirecionou a estratégia industrial brasileira, priorizando os setores de bens de capital e insumos básicos, em vez dos bens de consumo duráveis.
- b) A crise da dívida externa, intensificada a partir de 1981, foi fortemente influenciada pela alta dos juros internacionais, pela segunda crise do petróleo e por desequilíbrios internos acumulados.
- c) Após a moratória mexicana de 1982, o Brasil passou a contar com amplo financiamento internacional, graças à confiança gerada por seus sólidos fundamentos macroeconômicos.
- d) A perda de acesso a crédito externo após 1982 agravou os problemas no balanço de pagamentos brasileiro, levando a uma série de negociações com o FMI e a políticas de ajuste.
- e) Durante o período entre 1981 e 1984, a economia brasileira enfrentou estagnação, inflação elevada e crescente dificuldade para rolar sua dívida externa.

72. Acerca dos principais planos econômicos do Brasil no período entre os governos de Juscelino Kubitschek e os anos do chamado Milagre Econômico, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano de Metas, implementado por Juscelino Kubitschek, teve como foco exclusivo o setor agrícola, com estímulo à exportação de commodities e corte de investimentos industriais.
- b) O PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), lançado em 1964, pretendia eliminar a inflação em poucos meses, utilizando congelamentos e emissão de moeda como instrumentos principais.
- c) O Milagre Econômico (1968–1973) foi viabilizado, em parte, pela utilização da ampla capacidade instalada existente, o que permitiu crescimento acelerado com baixa pressão inflacionária.

d) O PAEG teve como principal característica a adoção de medidas populistas e expansão dos gastos públicos, buscando o crescimento acelerado a qualquer custo.

e) O Milagre Econômico baseou-se fundamentalmente no consumo interno e na substituição de importações, com redução dos investimentos estrangeiros e retração do setor exportador.

73. Com base na análise dos principais planos de estabilização da economia brasileira no século XX, julgue os itens a seguir.

- I. O Plano Cruzado foi marcado por um congelamento amplo de preços e salários, além da introdução de uma nova moeda, com o objetivo de romper a inércia inflacionária.
- II. O Plano Bresser incorporou a noção de inflação de demanda e, por isso, incluiu medidas de ajuste fiscal e controle do déficit público.
- III. O Plano Verão não apresentou nova moeda, baseando-se no ajuste das contas públicas.
- IV. O Plano Trienal, lançado no início do governo João Goulart, previa inicialmente medidas de austeridade fiscal, mas enfrentou dificuldades políticas para implementá-las.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

74. Com base na experiência brasileira no combate à inflação e nas políticas econômicas do século XX, julgue os itens a seguir.

- I. O Plano Real, ao contrário de planos anteriores como o Bresser, não adotou o congelamento de preços e buscou promover a desindexação da economia e a mudança do padrão monetário.
- II. O sucesso do Plano Real foi favorecido pela abertura econômica e pela entrada de capital externo, permitindo o acúmulo de reservas internacionais.
- III. No imediato pós-guerra, a valorização do cruzeiro combinada à política cambial liberal resultou em déficits no balanço de pagamentos, levando à adoção de controles cambiais a partir de 1947.
- IV. A manutenção da taxa de câmbio supervalorizada durante o Plano Real foi estratégica para estimular as exportações e reduzir a dependência de produtos importados.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

75. Com base nos principais planos econômicos implementados no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, julgue os itens a seguir.

- I. O Plano de Metas, durante o governo Juscelino Kubitschek, impulsionou fortemente o crescimento industrial, sobretudo nos setores de infraestrutura e bens de consumo duráveis, mas gerou desequilíbrios nas contas externas.
- II. O aumento das importações de bens de capital e insumos industriais, aliado à queda nas exportações, contribuiu para o agravamento do déficit em transações correntes no período do Plano de Metas.

III. O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado no governo João Goulart, previa medidas de contenção de gastos e combate à inflação, mas acabou sendo abandonado diante da instabilidade política e resistência de setores sociais.

IV. Tanto o Plano de Metas quanto o Plano Trienal foram centrados em políticas de ajuste fiscal e contração do gasto público, com ênfase no combate à inflação como prioridade absoluta.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

76. A respeito do Plano de Metas implementado durante o governo Juscelino Kubitschek e seu papel no desenvolvimento econômico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano de Metas teve como principal característica a contenção da inflação e a estabilidade monetária, utilizando políticas fiscais restritivas para evitar desequilíbrios nas contas públicas.
- b) O Plano de Metas foi o responsável por iniciar o processo de substituição de importações no Brasil, com a implantação das primeiras indústrias de base e bens de capital.
- c) Apesar de não ter sido o início da substituição de importações, o Plano de Metas intensificou esse processo por meio de pesados investimentos em infraestrutura e na indústria de bens duráveis.
- d) O Plano de Metas marcou o início do chamado “Milagre Econômico Brasileiro”, período de crescimento acelerado com baixa inflação entre 1956 e 1961.
- e) Um dos objetivos centrais do Plano de Metas era a liberalização do comércio exterior e a redução da dependência de capital estrangeiro, com forte contenção às importações.

77. A respeito dos principais planos econômicos brasileiros das décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O fracasso do Plano Cruzado esteve relacionado, entre outros fatores, ao congelamento abrupto e prolongado de preços e salários, o que gerou distorções e desabastecimento.
- b) A introdução da URV (Unidade Real de Valor) no Plano Real teve como objetivo reajustar os preços relativos e preparar a economia para a mudança do padrão monetário.
- c) O Plano Cruzado, implantado em 1986, seguiu uma abordagem ortodoxa clássica, baseada em cortes de gastos públicos e aumento de juros como forma principal de controle da inflação.
- d) O primeiro mandato do presidente Lula (2003–2006) foi marcado por aumento de despesas com programas sociais e funcionalismo, mas também por manutenção da trajetória de queda da dívida pública.
- e) O Plano Real se destacou por atacar a inflação inercial de forma gradual, utilizando mecanismos de transição como a URV antes da criação do real como nova moeda.

78. Sobre o contexto econômico do Brasil durante a pandemia de Covid-19 e as medidas adotadas pelo governo, assinale a alternativa correta.

- a) A pandemia agravou um cenário econômico que já apresentava alto crescimento do PIB, forte geração de empregos e queda da desigualdade nos anos anteriores.
- b) No auge da pandemia, o PIB apresentou retração, puxado pelo setor agropecuário.
- c) Entre os efeitos imediatos da pandemia estiveram a contração do crédito para pessoas físicas, a queda da produção industrial e a desvalorização cambial.
- d) O Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE) obteve ampla adesão e utilizou quase a totalidade dos recursos destinados pelo Tesouro Nacional.
- e) A atuação do Banco Central limitou-se à redução da taxa Selic, sem interferência nos mercados de câmbio ou nas exigências de capital dos bancos.

EIXO TEMÁTICO 5**REALIDADE BRASILEIRA / REGIONAL
(ESTADO/MUNICÍPIO)***Leandro Signori*

79. O crescimento da informalidade e das novas formas de contratação por “pessoa jurídica” (PJ) reconfigura o mercado de trabalho urbano no Brasil. Segundo dados do Dieese, a “pejotização” tem sido recorrente em áreas de serviços e tecnologia, onde vínculos empregatícios formais são substituídos por contratos com CNPJs individuais.

Esse processo de pejotização tem como uma de suas principais consequências:

- a) Ampliação da proteção previdenciária.
- b) Acesso garantido a direitos trabalhistas.
- c) Redução do tempo de contribuição compulsória.
- d) Regularização automática do emprego informal.
- e) Fragilização do vínculo e da seguridade social.

80. Nos últimos cinco anos, aumentou expressivamente o número de trabalhadores com mais de 60 anos atuando como motoristas e entregadores em plataformas digitais, sobretudo nas regiões metropolitanas do Sudeste. Embora a maior expectativa de vida possa favorecer a permanência dos idosos no mercado, muitos desses vínculos ocorrem sem proteção previdenciária ou estabilidade de renda.

A tendência descrita está mais diretamente associada a:

- a) Reformas previdenciárias e insuficiência da renda de aposentadoria, que pressionam idosos a permanecerem economicamente ativos, muitas vezes em ocupações precarizadas e desprovidas de seguridade.
- b) Políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, que incentivam a ocupação de vagas em tecnologia e empreendedorismo entre idosos qualificados nas capitais brasileiras.
- c) Adoção de mecanismos de teletrabalho para idosos, promovendo sua recolocação formal em funções de gestão, mesmo com redução da capacidade contributiva.
- d) Crescimento do empreendedorismo voluntário entre idosos aposentados, incentivado por subsídios fiscais e programas de reinserção produtiva em setores de inovação.
- e) Aumento da cobertura assistencial rural, permitindo que idosos migrem do campo para centros urbanos e participem ativamente das cooperativas de logística e transporte urbano.

81. Nos últimos trinta anos, o Brasil passou por um processo de transição demográfica caracterizado pela queda da taxa de fecundidade, ainda que com desigualdade entre regiões e grupos sociais.

Essa mudança está associada, entre outros fatores, a:

- a) Expansão da previdência rural e da reforma agrária.
- b) Aumento da taxa de mortalidade infantil nas regiões urbanas.

- c) Redução da escolarização feminina no ensino médio.
- d) Ampliação do acesso à educação e à saúde reprodutiva.
- e) Envelhecimento populacional precoce em zonas agrícolas.

**DIREITOS SOCIAIS, DEFINIÇÃO,
IMPLEMENTAÇÃO, DESAFIOS E
CONQUISTAS NO BRASIL E MOVIMENTOS
SOCIAIS, SINDICATOS E AÇÕES COLETIVAS
NO BRASIL APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988**

Alessandra (Alê) Lopes

82. O Programa Bolsa Família (PBF), implementado em 2003, consolidou diversos programas de transferência de renda e tornou-se referência internacional no combate à pobreza e à desigualdade. Estruturado com base em condicionantes e focalização, o PBF buscou aliar alívio imediato da pobreza com estratégias de inclusão social e geração de capital humano.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O Programa Bolsa Família foi instituído para substituir permanentemente as políticas universais de saúde e educação, com foco exclusivo na transferência direta de renda.
- b) A exigência de cumprimento das condicionalidades, como matrícula escolar e acompanhamento de saúde, busca promover a superação da pobreza intergeracional.
- c) O PBF opera em regime de porta fechada, sem articulação com outras políticas públicas de assistência social, como o SUAS e o Cadastro Único.
- d) A centralização total da execução do PBF pelo governo federal inviabiliza a participação de estados e municípios na sua gestão.
- e) A lógica do programa é garantir que apenas famílias com renda formal possam acessar os benefícios de transferência condicionada.

83. Durante o processo de redemocratização brasileira, o movimento sindical desempenhou papel central na articulação das lutas sociais. Essa atuação se intensificou a partir da década de 1970, com o surgimento de um novo perfil de sindicalismo.

Assinale a alternativa que melhor caracteriza o chamado novo sindicalismo brasileiro:

- a) Atuava apenas dentro dos marcos legais do sindicalismo oficial, evitando qualquer forma de contestação política ao regime militar.
- b) Rejeitava a política institucional e defendia a substituição do sistema representativo por assembleias populares.
- c) Combinava lutas econômicas e políticas, promovendo greves por melhores salários e defendendo a redemocratização do país.
- d) Propunha uma ruptura com a organização por categorias profissionais e adotava uma estrutura empresarial nos sindicatos.
- e) Atuava apenas nos setores estatais da economia, sem presença significativa na indústria de base ou no setor privado.

84. Desde a década de 2000, o Brasil tem adotado modelos de gestão descentralizada em diversas políticas sociais, com base na cooperação federativa e na definição de responsabilidades entre os entes federados. A experiência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por exemplo, demonstra a importância do pacto federativo na promoção de direitos.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O modelo de gestão descentralizada fragiliza a execução das políticas sociais, pois elimina o papel da União no financiamento e na coordenação das ações.
- b) A ausência de mecanismos de adesão e de responsabilidades pactuadas entre os entes federados torna o SUAS ineficaz como política pública nacional.

c) A descentralização permite que municípios, em articulação com os demais níveis de governo, implementem ações mais próximas da realidade local, fortalecendo a efetividade dos programas sociais.

d) A centralização das decisões em Brasília garante maior eficiência e neutralidade técnica, eliminando desigualdades regionais na oferta de serviços sociais.

e) A execução das políticas de assistência social segue o modelo corporativo, voltado exclusivamente para trabalhadores formais com vínculo empregatício registrado.

85. O direito à moradia é previsto na Constituição Federal de 1988, mas sua efetivação enfrenta barreiras estruturais nas grandes cidades brasileiras. Diante disso, movimentos sociais urbanos têm recorrido a estratégias de mobilização e ocupação de imóveis ociosos.

Sobre esse contexto, é correto afirmar:

- a) As ações de ocupação urbana são ilegais, pois afrontam o princípio da propriedade privada, que tem prioridade constitucional absoluta.
- b) A função social da propriedade é um princípio jurídico que legitima a atuação dos movimentos sociais em defesa do direito à moradia.
- c) O direito à moradia não está incluído no rol de direitos sociais da Constituição, mas sim em normas infraconstitucionais.
- d) Os movimentos urbanos não podem recorrer à Constituição para justificar ocupações, pois o controle da política habitacional cabe apenas ao Executivo.
- e) A atuação dos movimentos de moradia se restringe à reivindicação por financiamento habitacional em programas oficiais do governo.

86. “As ações que visam a promover a igualdade material não se limitam a reparar episódios isolados de discriminação, mas buscam corrigir desigualdades historicamente produzidas e estruturais. Por isso, podem ser implementadas tanto pelo Estado quanto por instituições privadas, e alcançam diversos grupos sociais historicamente marginalizados, como mulheres, população negra, indígenas, pessoas com deficiência e outros.”

Com base no trecho acima e nos fundamentos constitucionais da igualdade, assinale a alternativa correta:

- a) Tais medidas são denominadas ações afirmativas e buscam corrigir desigualdades estruturais por meio de critérios de inclusão voltados a grupos vulnerabilizados.
- b) A igualdade formal é suficiente para garantir a equidade entre os indivíduos, sendo desnecessárias medidas específicas voltadas a grupos sociais.
- c) O princípio da isonomia proíbe qualquer forma de tratamento diferenciado entre os cidadãos, inclusive quando baseado em vulnerabilidades históricas.
- d) Ações de inclusão devem ser exclusivamente voltadas à pobreza econômica, não podendo se basear em marcadores identitários como raça ou gênero.
- e) A atuação de empresas privadas na promoção da igualdade é inconstitucional, já que apenas o Estado pode implementar políticas compensatórias.

87. A sub-representação das mulheres nos espaços de poder político é um reflexo de desigualdades estruturais e históricas. Em resposta a esse cenário, o ordenamento jurídico brasileiro prevê mecanismos como a reserva de candidaturas por gênero, com o objetivo de ampliar a participação feminina e promover a equidade.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A política de cotas de gênero viola o princípio da igualdade, ao impor limites arbitrários à livre concorrência entre candidatos.
- b) A reserva de candidaturas para mulheres constitui ação afirmativa compatível com os princípios constitucionais da igualdade material e da justiça social.
- c) A promoção da participação feminina na política depende exclusivamente da mudança cultural, sendo vedada qualquer forma de intervenção normativa.
- d) O sistema eleitoral brasileiro já assegura a equidade de gênero, razão pela qual não há fundamento para políticas específicas voltadas às mulheres.
- e) As cotas de gênero no Brasil garantem número mínimo de mulheres eleitas ao Parlamento, assegurando paridade de resultados.

88. Os movimentos sociais contemporâneos no Brasil apresentam características distintas dos movimentos clássicos. Sobre esses novos movimentos sociais, assinale a alternativa correta:

- a) Estão restritos às pautas trabalhistas e sindicais, mantendo a estrutura organizativa tradicional baseada em categorias profissionais.
- b) Defendem, em geral, a desregulamentação do Estado e a expansão do mercado como solução para os problemas sociais.
- c) Mobilizam diferentes identidades e territórios, articulando pautas como meio ambiente, gênero, etnia e direito à cidade.
- d) Atuam exclusivamente em espaços institucionais de deliberação, sem promover manifestações públicas ou ocupações.
- e) São organizações formais, sem caráter reivindicatório ou contestador, voltadas à gestão técnica das políticas públicas.

89. A Constituição Federal de 1988 representou uma inflexão na história das políticas sociais brasileiras, ao romper parcialmente com o modelo corporativo de proteção restrita e inaugurar um regime de seguridade social com base na universalidade dos direitos. A ampliação dos direitos sociais ali estabelecida exigiu o reconhecimento da dignidade humana como fundamento do Estado e a adoção de mecanismos de solidariedade, intersetorialidade e descentralização. Contudo, as contradições entre o texto constitucional e a implementação das políticas públicas expõem os limites estruturais do modelo de bem-estar no Brasil.

Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição de 1988 manteve a lógica contributiva como critério exclusivo para acesso aos direitos da seguridade social, reproduzindo o padrão seletivo do período anterior.
- b) A universalização dos direitos sociais prevista na Constituição restringe-se ao campo da educação e da saúde, sendo os demais direitos dependentes de vínculo empregatício.
- c) A proteção social no Brasil é plenamente efetivada por meio de políticas focalizadas e condicionadas à renda per capita familiar, conforme os parâmetros constitucionais.
- d) O modelo constitucional de seguridade social é incompatível com a atuação descentralizada dos entes federativos, exigindo centralização normativa e orçamentária na União.
- e) A Constituição de 1988 consagrou um sistema de proteção social amplo, público e solidário, mas sua efetividade depende da ação articulada entre os entes federativos, da vontade política e da superação das desigualdades estruturais.

POLÍTICAS PARA POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Marco Túlio

90. A respeito das Políticas Públicas implementadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas, considere a alternativa correta.
- a) Sua política arquivística objetiva ampliar o acesso à informação produzida pela atuação indigenista do Estado brasileiro, com o intuito de proteger os direitos dos povos indígenas e dos cidadãos em geral.
 - b) O órgão objetiva garantir, por meio de ações fiscalizatórias e arranjos interinstitucionais, a posse dos territórios pelas populações indígenas, bem como o usufruto compartilhado dos seus recursos naturais.
 - c) O objetivo geral da política pública para povos indígenas isolados e de contato recente é de promover e proteger os direitos destes povos, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.
 - d) A promoção da Cidadania envolve o fortalecimento das organizações sociais, as identidades étnicas, o protagonismo e a autoestima dos povos indígenas, com ênfase às questões de raciais e culturais.
 - e) A Funai preza pela condução de atividades voltadas à implementação de políticas públicas de infraestrutura adequadas às especificidades dos povos indígenas, que independem dos órgãos municipais, estaduais e federais.

Discursiva 1

Considerando os fundamentos teóricos apresentados por Paul Rosenstein-Rodan, W. Arthur Lewis, Albert O. Hirschman e Hans Singer no contexto das Teorias do Desenvolvimento Econômico, redija um texto dissertativo, de forma fundamentada, que atenda, necessariamente, aos seguintes critérios:

- (A) Explique os principais elementos da proposta de Rosenstein-Rodan sobre o “Big Push” e o “círculo vicioso da pobreza”, destacando o papel do Estado nesse processo.
- (B) Compare o modelo dual de Lewis com a perspectiva de Hirschman sobre os encadeamentos produtivos, evidenciando as diferenças em relação ao crescimento econômico nos países subdesenvolvidos.
- (C) Analise a tese de Hans Singer quanto à deterioração dos termos de troca, relacionando-a com a dependência externa e suas implicações para o desenvolvimento das economias periféricas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Considerando a trajetória recente da economia brasileira e os entraves à sua transformação produtiva, redija um texto dissertativo, de forma fundamentada, que atenda, necessariamente, aos seguintes critérios:

- (A)** Apresente o conceito de armadilha da renda média e destaque um fator que contribui para sua permanência.
- (B)** Explique a relação entre a doença holandesa e a perda de competitividade industrial.
- (C)** Conceitue a desindustrialização precoce e comente por que ela representa um risco para o desenvolvimento de longo prazo.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
